REVISTA EXITUS
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

10.24065/re.v16i1.2958
ARTIGO

A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR, O CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL E A EDUCAÇÃO: entre a repressão e a regeneração moral e cívica

THE BUSINESS-MILITARY DICTATORSHIP, THE NATIONAL SECURITY COUNCIL AND EDUCATION: between repression and moral and civic regeneration

LA DICTADURA EMPRESARIAL-MILITAR, EL CONSEJO DE SEGURIDAD NACIONAL Y LA EDUCACIÓN: entre la represión y la regeneración moral y cívica

Marco Antonio de Oliveira Gomes[1] 0000-0002-2397-5615
Ana Paula Aires Rodrigues[2] 0000-0001-9359-6779
Karla Cristina Prudente Pereira[3] 0000-0002-3700-2443

[1] Produção resultante do projeto de pesquisa: "A ditadura, o milagre econômico e educação: aos trabalhadores, as migalhas" – Processo 2302/2026 – SGP/Universidade Estadual de Maringá - Programa de Pós-graduação em Educação – PPE. Maringá, Paraná, Brasil – CEP 87020-900, e-mail: maogomes@uem.br
[2] Universidade Estadual de Maringá - Programa de Pós-graduação em Educação – PPE. Maringá, Paraná, Brasil – CEP 87020-900, e-mail: profanaaires@gmail.com
[3] Universidade Estadual de Maringá - Programa de Pós-graduação em Educação – PPE. Maringá, Paraná, Brasil – CEP 87020-900, e-mail: pg56255@uem.br

RESUMO

Por meio de um golpe de Estado em 1964, autoproclamado como "revolução", o presidente João Goulart foi deposto em nome da defesa da ordem, das tradições democráticas, da família e da propriedade. Consolidado o golpe, a educação não ficou imune ao arbítrio e ao projeto burguês de formação de um novo tipo de trabalhador. Diante disso, objetivamos, por meio deste trabalho, analisar a preocupação com a regeneração moral e cívica da juventude pela via educacional, presente no Conselho de Segurança Nacional, o que pode ser observado em suas atas e em outros documentos. Na defesa da ordem burguesa, destaca-se a presença de um positivismo difuso, em simbiose com o conservadorismo católico, na perspectiva de seus componentes, que enxergavam o movimento estudantil como instrumento a serviço da subversão dos valores e da ordem instituída. Para alcançarmos os objetivos, utilizamos o materialismo histórico e dialético como método de interpretação do processo em curso no período. Assim, não se trata de compreender a Educação Moral e Cívica (EMC) como um fato isolado da luta de classes, mas como mais um artifício ideal decorrente da guerra ideológica da burguesia, que buscava a reprodução de seus valores nas camadas populares. Nesse sentido, cumpre assinalar que a Doutrina de Segurança Nacional foi legitimadora da introdução da EMC em todos os níveis escolares.
Palavras-chave: Ditadura empresarial-militar; Educação Moral e Cívica; Conselho de Segurança Nacional; Regeneração social.

ABSTRACT

Through a coup d'état in 1964, self-proclaimed as a "revolution," President João Goulart was deposed in the name of defending order, democratic traditions, family and property. Once the coup was consolidated, education was not immune to the bourgeois arbitrariness and project of training a new type of worker. Therefore, this work aims to analyze the National Security Council's concern for the moral and civic regeneration of youth through education, as evidenced in its minutes and other documents. In its defense of the bourgeois order, the presence of a diffuse positivism stands out, in symbiosis with Catholic conservatism, from the perspective of its members, who saw the student movement as an instrument serving the subversion of values and the established order. To achieve these objectives, we use historical and dialectical materialism as a method of interpreting the process underway during this period. Thus, we do not seek to understand Moral and Civic Education (MCE) as an isolated fact of the class struggle, but as yet another ideal artifice stemming from the bourgeoisie's ideological war, which sought to reproduce its values among the popular classes. In this sense, it is worth noting that the National Security Doctrine legitimized the introduction of EMC at all school levels.

Keywords: Corporate-military dictatorship; Moral and Civic Education; National Security Council; Social regeneration.

RESUMEN

En un golpe de Estado de 1964, autoproclamado como "revolución", el presidente João Goulart fue depuesto en nombre de la defensa del orden, las tradiciones democráticas, la familia y la propiedad. Una vez consolidado el golpe, la educación no fue inmune a la arbitrariedad y al proyecto burgués de formar un nuevo tipo de trabajador. Por lo tanto, este trabajo busca analizar la preocupación del Consejo de Seguridad Nacional por la regeneración moral y cívica de la juventud a través de la educación, como se evidencia en sus actas y otros documentos. En la defensa del orden burgués, destaca la presencia de un positivismo difuso, en simbiosis con el conservadurismo católico, desde la perspectiva de sus miembros, quienes veían al movimiento estudiantil como un instrumento al servicio de la subversión de los valores y del orden establecido. Para lograr estos objetivos, utilizamos el materialismo histórico y dialéctico como método para interpretar el proceso en curso durante este período. Por lo tanto, no entendemos la Educación Moral y Cívica (EMC) como un hecho aislado de la lucha de clases, sino como un instrumento ideal más, resultado de la guerra ideológica de la burguesía, que buscaba reproducir sus valores entre las clases trabajadoras. En este sentido, es importante destacar que la Doctrina de Seguridad Nacional legitimó la introducción de la EMC en todos los niveles escolares.

Palabras clave: Dictadura corporativo-militar; Educación Moral y Cívica; Consejo de Seguridad Nacional; Regeneración social.

INTRODUÇÃO

No dia primeiro de abril de 1964 iniciava uma longa noite, um período marcado por perseguições, prisões, tortura, exílio e assassinatos de homens e mulheres suspeitos de "subversão" ou que se colocaram contra a ditadura. Por meio de um golpe, autoproclamado como "revolução", foi deposto o presidente João Goulart, em nome da defesa da ordem, das tradições democráticas, da família e da propriedade.

Foram vinte e um anos de arbítrio com a tutela do Estado e o apoio dos homens de negócios. Nesse contexto, usando da força das armas e do aparato jurídico remodelado, a ditadura implementou um projeto educacional que não rompeu com o passado, mas fortaleceu o caráter autoritário, centralizador e com claro objetivo de formação a partir das demandas do mercado e da DSN (Doutrina de Segurança Nacional).

Como veremos adiante, os governos militares e seus intelectuais consideravam a educação como um mecanismo de regeneração de uma sociedade corrompida pelos excessos

de liberdade, de formação do caráter e da força de trabalho para alavancar a produtividade em nome dos interesses "nacionais", o que incluía o fortalecimento de nossas "instituições", tais como família, religião, "liberdade", "democracia" e outras abstrações ideológicas burguesas.

Diante disso, este estudo objetiva empreender uma análise histórica sobre as proposições para a educação presentes nas reuniões do Conselho de Segurança Nacional, instituído pelo Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968. Expressando os valores da burguesia, era consensual entre os membros do Conselho de Segurança a necessidade de controle de professores e estudantes como forma de impedir a difusão de ideias subversivas no meio acadêmico.

O propósito educativo, como será detalhado adiante, não era uma formação emancipatória, mas a formação de profissionais identificados com os valores definidos pela burguesia, ou seja, a defesa da propriedade, da livre-iniciativa e do mercado.

Isto posto, mesmo decorridas seis décadas do golpe, é imperativo retomar as análises e discussões sobre a violência patrocinada pelo Estado a serviço do capital que permaneceram impunes. É importante divulgar e denunciar os discursos que negam as torturas e assassinatos contra as pessoas que se manifestaram em oposição a ditadura. Aqueles que se comprometem com a defesa de uma sociedade democrática não devem se calar diante de um passado que deixou feridas abertas em nossa sociedade.

De modo a fundamentar teoricamente nossa análise, a partir do materialismo histórico e dialético, abordaremos, na primeira seção, o golpe de 1964 como expressão da hegemonia ideológica capitaneada pela burguesia associada ao capital estrangeiro. Dessa forma, a opção não desconsidera os pressupostos teórico-metodológicos que lhe dão suporte, pois nenhum postulado metodológico se sustenta a partir do que "os homens dizem" ou "imaginam".

> Quer dizer, não e parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida rela, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Desse modo, classificamos a ditadura como "empresarial-militar", tomando como referência seus determinantes materiais, expressos na ocupação de postos-chave do Estado por empresários e intelectuais comprometidos com a reorientação das políticas públicas em função dos interesses de classe da burguesia (Dreifuss, 1981).

> No Brasil, os grandes empresários não hesitaram em financiar a instalação de aparelhos de terror estatal. No segundo semestre de 1969, por exemplo, o II Exército,

> com sede em São Paulo, lançou a Operação Bandeirante – embrião do futuro DOI-CODI (Destacamento de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna) – destinada a dizimar os principais opositores ao regime (Comparato, 2014, p. 18-19).

Em um segundo momento, por meio das discussões travadas no Conselho de Segurança Nacional, explicitaremos, nas análises dos ministros, a preocupação com a educação e a segurança nacional. Nesse sentido, as representações presentes nas manifestações no Conselho de Segurança Nacional, tais como "liberdade", "responsabilidade", "democracia", "moral", entre outras, constituíram-se em materializações das relações de produção burguesa, tal qual as mudanças promovidas no arcabouço jurídico do Estado.

Para alcançarmos de forma satisfatória o objetivo proposto, privilegiamos em última instância, as determinações econômicas em um contexto caracterizado pelo acirramento das lutas de classes no período em questão. Cumpre assinalar que a ESG (Escola Superior de Guerra) propugnava por um padrão de desenvolvimento alicerçado em bases industriais e associado com os interesses geopolíticos norte-americanos. Nesse sentido, a DSN foi a materialização da orientação hegemônica nas Forças Armadas que se colocavam como instituição de defesa da ordem contra a "subversão".

Por fim, nossas análises tiveram como parâmetro os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014), Dreifuss (1981), Fico (2004), Sanfelice (2008), entre outros.

A TRAGÉDIA BRASILEIRA: o golpe e o martírio da classe trabalhadora

Não é possível uma análise rigorosa do golpe empresarial-militar de 1964 sem compreendermos a conjuntura histórica, caracterizado pela grave crise econômica e política que afetava o Brasil, acompanhada do crescimento das organizações populares: Campanha de Defesa da Escola Pública, Ligas Camponesas, CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), mobilizações da UNE (União Nacional dos Estudantes), em um contexto histórico marcado pelo acirramento da Guerra Fria entre EUA e URSS. Além do exposto, o exemplo da Revolução Cubana (1959) constituía-se em mais uma preocupação para as classes proprietárias no Brasil que temiam perder seus privilégios.

Assim, é importante esclarecer que as mobilizações do campo popular constituíram-se nas reivindicações das classes historicamente espoliadas pelo capital. O crescimento econômico e a modernização que marcaram os anos do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), não

trouxeram benefícios substanciais à ampla maioria dos trabalhadores do campo e da cidade (Gomes; Lombardi; Colares, 2023).

O campo hegemônico das fileiras burguesas defendia um projeto econômico atrelado aos interesses imperialistas, o que pode ser notado no governo de Juscelino Kubitschek, com a efetiva criação de facilidades à penetração do capital estrangeiro como meio de suprir a carência do Brasil por capitais. Além das facilidades criadas por Juscelino, não faltaram manifestações que demonstraram, com clareza, a opção burguesa. Em novembro de 1961, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), no documento "Posição sobre o capital estrangeiro", declarava, conforme transcrição de Fico: "É preciso afirmar com coragem, sem receios de críticas, que o Brasil carece de capitais, que a taxa de formação de capitais nacionais é reduzida e, portanto, devemos incrementá-la com recurso de fora" (Fico, 2004, p. 234).

Nesse contexto, a participação de capitais externos, oriundos de empréstimos de organizações financeiras internacionais e da desnacionalização da economia, com a entrada de empresas estrangeiras que progressivamente foram monopolizando o mercado, foi destacado que a economia no Brasil apresenta um alto grau de dependência e concentração de renda, o que reforça ainda mais a desigualdade na distribuição de riqueza no país. Os novos ramos industriais (eletrodomésticos, automóveis, entre outros) não absorveram a força de trabalho disponível e contribuíram para o crescimento do endividamento externo.

Em síntese, o rápido crescimento econômico, alicerçado em investimentos estrangeiros e do Estado, que criou facilidades para as empresas que desembarcavam no Brasil, empurrou o país para o endividamento externo e uma grave crise econômica e financeira, o que penalizou a classe trabalhadora. De tal modo, a insatisfação popular, somada à oposição dos grupos conservadores e do latifúndio, foi decisiva para a eleição de Jânio Quadros em 1960, que, em uma tentativa de autogolpe, renunciou em agosto de 1961, aguardando o clamor popular por seu retorno, após sete meses de governo, marcado por um discurso moralista, de renovação e de apelo "popular". Sem clamor popular ou apoio parlamentar, a renúncia se tornou irreversível (Labaki, 1986).

Após a renúncia de Jânio Quadros, seus Ministros Militares da Guerra: Marechal Odílio Denys, Aeronáutica: Brigadeiro Gabriel Grun Moss, Marinha: Almirante Silvio Heck, evidenciando o golpismo presente nas fileiras das Forças Armadas, opuseram-se a diplomação de João Goulart como novo presidente, tido como conivente com o comunismo. Nesse contexto, segundo a transcrição de Labaki (1986), o presidente do Congresso Nacional, na condição de

presidente interino, Ranieri Mazzilli, emitiu uma nota com a colaboração de Ernesto Geisel, que viria a ser presidente entre 1974 e 1979, em uma manobra oportunista contra Goulart.

> Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, na apreciação da atual situação política, criada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas responsáveis pela ordem interna, manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente da República, João Belchior Marques Goulart." Brasília, 28 de agosto de 1961 (Mazzilli *apud* Labaki, 1986, p. 54).

Diante da resistência protagonizada por Leonel Brizola, com a criação da Rede da Legalidade, e de uma ameaça de convulsão interna diante da ação golpista dos ministros militares, buscou-se uma saída negociada, com a implantação do parlamentarismo por meio da Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, o que não deixou de ser um golpe, na medida em que retirava o poder legalmente constituído ao Presidente da República pela Constituição de 1946.

Assim, nascia o governo Goulart (1961-1964), marcado desde o princípio pela ameaça de um golpe de Estado, em um momento em que se agravava a crise econômica e financeira. Tolerado pelas forças ditas "moderadas" da burguesia e representando os segmentos nacionalistas e reformistas, Goulart optou por um programa de reformas, com objetivo de fortalecer a participação do capital nacional em setores estratégicos da economia e, ao mesmo tempo, atender às demandas da classe trabalhadora.

Nesse contexto, os temas da reforma agrária, educacional, habitacional e bancária entraram definitivamente na pauta dos debates do período. Contudo, as forças identificadas com o nacionalismo e o reformismo de Goulart cometeram equívocos ao avaliarem que a luta anti-imperialista e contra o latifúndio era de interesse da burguesia nacional. Cumpre assinalar que a burguesia já se alinhava aos interesses imperialistas e havia abdicado de uma solução nacionalista.

Nem a campanha pelo retorno do presidencialismo ou mesmo a sua vitória no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, foi suficiente para promover as reformas pretendidas. Enfraquecido pela crise econômica, pela resistência de um Congresso majoritariamente conservador e pela conspiração de entidades burguesas associadas aos interesses norte-americanos, como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). O governo Goulart se aproximava progressivamente das forças reformistas e de esquerda.

Diante do crescimento dos antagonismos, com a ampliação das lutas em torno das reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade, as entidades burguesas promoveram a

constituição do bloco parlamentar denominado Ação Democrática Parlamentar, entre 1961 e 1964, caracterizado pelo discurso anticomunista e de oposição à maioria das propostas reformistas em pauta (Ribeiro, 2021). Esse bloco recebia auxílio financeiro do IBAD, que, por sua vez, recebia auxílio direto da Embaixada dos Estados Unidos (Dreifuss, 1981).

Em linhas gerais, o discurso anticomunista foi amplamente utilizado pela burguesia associada ao capital estrangeiro em diferentes espaços: imprensa escrita, rádio, TV etc., como meio de cunhar o consenso em torno da deposição de Goulart pelas Forças Armadas, que, por sua vez, traziam em sua bagagem formativa o discurso da DSN, forjado na ESG, sob inspiração dos Estados Unidos.

De tal modo, o conservadorismo das classes dominantes no Brasil jamais aceitou que as classes trabalhadoras do campo e das cidades participassem ativamente do que se convencionou chamar de democracia em nossas terras. Diferentes estratégias foram utilizadas para sufocar as manifestações populares, e, entre elas, o anticomunismo foi uma constante em diferentes momentos do século XX (Fernandes, 2020).

Em consonância com as análises desenvolvidas por Fernandes (2020) e Dreifuss (1981), evidencia-se o domínio econômico do capital internacional no Brasil, em associação com os interesses de diferentes segmentos do empresariado nacional. Contudo, não havia uma liderança política suficientemente representativa capaz de neutralizar o bloco reformista e as organizações identificadas com os interesses populares. Como resposta a esse quadro, amplas frações da burguesia e setores oligárquicos promoveram a organização de seus interesses, com vistas à conquista do Estado e à manutenção de seus privilégios.

A partir das categorias analíticas de Gramsci — "sociedade civil", "sociedade política" e "intelectuais orgânicos" (Gramsci, 1982) —, Dreifuss (1981) analisou organizações burguesas, como o IPES/IBAD, bem como suas respectivas ações no processo de desestabilização do governo Goulart.

Na conjuntura histórica que antecedeu o golpe, empresários e profissionais que ocuparam posições na administração de empresas estatais, multinacionais e nacionais constituíram-se como intelectuais orgânicos de sua classe, compartilhando um projeto de aproximação ideológica entre diferentes frações da burguesia e as Forças Armadas.

Desse modo, a vitória golpista em 1964 não deve ser compreendida como um fenômeno isolado dos conflitos de classe ou como mera decorrência da crise econômica que atravessava

o país, mas, fundamentalmente, como uma ação articulada pelas lideranças burguesas em consonância com as Forças Armadas.

Em síntese, a justificativa do golpe foi patrocinada por uma ampla campanha patrocinada pelo empresariado e orientada, fundamentalmente, pela defesa da família, da pátria e do combate ao comunismo (Gomes; Caetano; Lobo, 2022). Os discursos moralistas em defesa dos valores cristãos em oposição ao "comunismo ateu" e contrários à corrupção também contribuíram para a adesão das camadas médias, que apoiaram o projeto autoritário, alimentado e construído pelas mãos de empresários, banqueiros, latifundiários, oficiais das Forças Armadas e da imprensa burguesa, como foi o caso da Folha de S. Paulo.

Nesse contexto, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", ocorrida em 19 de março de 1964 e financiada por setores do empresariado, constituiu-se em uma manifestação golpista, mas com uma aparência democrática de clamor popular pela intervenção militar. Em 20 de março, a Folha noticiava o "clamor popular" pelo fim da "baderna" representada pelo Governo de Goulart.

> Multidão deixou os políticos à margem
> Várias centenas de cartazes (muitas repetidas) ilustram o cortejo, apresentando mensagens de oposição radical contra o esquerdismo, os comunistas, o deputado Leonel Brizola e o próprio presidente da República. Os exemplos que se seguem dão o espírito da passeata. "Queremos governo cívico"; "Paz para o trabalho"; "Reformas nacionais, sim – Importadas, não"; Abaixo entreguistas vermelhos"; "Reformas, sim – Comunismo, nunca"; "Reformas pelo povo- Não pelo Kremlin"; "Queremos governo cristão"; "Basta de palhaçada – Queremos governo honesto" [...] "Forças Armadas saberão defender a liberdade" (Multidão [...], 1964, p. 9).

Cumpre assinalar que o referido periódico não foi o único órgão de imprensa a apresentar o governo Goulart como uma ameaça aos valores democráticos. Diferentes pesquisadores e pesquisadoras evidenciaram o caráter golpista estampado nas páginas de diversos jornais da grande imprensa, como demonstram os estudos de Abreu (2003) e Aquino (1999), entre outros. Nesses termos, a grande imprensa constituiu-se em mais um elo da cadeia burguesa na difusão da suposta "ameaça" comunista, amplificada pelo temor diante do avanço das lutas populares.

A burguesia e seus sócios internacionais, latifundiários, amplos segmentos da cúpula da Igreja Católica, apoiaram a operacionalização do golpe pelas Forças Armadas. Em 1º de abril de 1964, iniciava-se uma longa noite que duraria 21 anos. A euforia da burguesia e de seus porta-vozes era evidente. Com o editorial "Ressurge a Democracia", o jornal O Globo, em 2 de abril de 1964, assim se posicionou sobre a deposição de Goulart:

> [...] salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais (Ressurge [...], 1964, p. 1).

Assim, a burguesia apresentava suas prerrogativas como os interesses de toda a nação: a "salvação da comunização". Contudo, o golpe atendeu fundamentalmente os interesses de classe da burguesia. Por meio do Estado, as regras do direito, das políticas econômicas, a educação, entre outros, constituíram-se em espaços para preservação da ordem hierarquizada. Enfim, o golpe que foi classificado como uma "revolução", sepultou as iniciativas das lideranças populares em sua luta por uma sociedade mais igualitária.

O CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL E A EDUCAÇÃO: a guerra pela conquista de corações e mentes

Com o golpe e os Atos Institucionais que se seguiram, Castelo Branco editou o Ato Institucional nº 4 para discussão e votação do Congresso do projeto de Constituição por ele apresentado. O caráter autoritário da Constituição de 1967 incorporou a Doutrina de Segurança Nacional e determinou a formação do Conselho de Segurança Nacional:

> Art. 90 - O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da segurança nacional.
> § 1º - O Conselho compõe-se do Presidente e do Vice-Presidente da República e de todos os Ministros de Estado (Brasil, 1967).

De tal modo, o discurso ideológico de seus membros orientava-se pelo combate à "subversão", aos "inimigos da nação" e pela defesa da regeneração da sociedade diante da crescente organização das massas populares compreendidas como subversivas. De tal modo, as Forças Armadas se apresentavam como uma instituição garantidora da democracia.

Para termos uma noção aproximada do que foi realizado para salvar a "democracia" no Brasil, segundo descrição de Sanfelice, ocorreram ao longo do Governo Castelo Branco (1.065 dias) "3.747 atos punitivos (média de 3 por dia)" (2008, p. 130). Com o propósito de impedir a livre organização dos trabalhadores, os agentes a serviço do Estado e do capital encarceraram, torturaram e assassinaram quem ousava discordar do projeto implementado.

Nesse contexto, considerada como área estratégica dos governos militares, a educação foi profundamente afetada pela ditadura. Não se tratou somente de impedir a veiculação de pensamentos discordantes ou contraditórios, mas de uma adequação orgânica da educação

escolar, em todos os seus níveis, ao padrão de desenvolvimento das relações capitalistas. Isso incluía a ideia do "saneamento moral" da Nação, que teria perdido seus valores tradicionais.

Em 1º de abril de 1964, o prédio da UNE (União Nacional dos Estudantes), situado no Rio de Janeiro, foi tomado e incendiado por grupos golpistas. Era o prenúncio do que estava por vir. Não se tratava de um ataque pontual ou da destruição física de um prédio, mas de um sinal da forma pela qual seriam tratados o movimento estudantil e qualquer outro tipo de oposição daquela data em diante.

Para além da destruição do prédio da UNE em nove de abril, a Universidade de Brasília (UnB) seria palco de uma invasão militar. Era a primeira de outras que ocorreriam ao longo da ditadura. Do ponto de vista dos artífices da ditadura, que seguiam a cartilha da DSN, era necessário expurgar a influência intelectual dos segmentos identificados com o governo deposto ou com as ideias comunistas.

A partir dos postulados da DSN, que balizaram as ações das Forças Armadas após o golpe, orientou-se pela guerra contra os inimigos internos da nação, o que impôs modificações no aparato de segurança do Estado. Nesse sentido, ocorreu o crescimento dos órgãos de informação com autonomia suficiente para vigiar, investigar e punir os supostos subversivos. Assim, sob o manto dos Atos Institucionais, os governos militares constituíram-se como defesa dos interesses burgueses.

No transcorrer do governo Castelo Branco (196-1967), a articulação da sucessão se fez a partir dos quartéis com a vitória dos setores mais retrógrados e reacionários dentro das Forças Armadas, denominados como "linha dura", com a indicação do então ministro da Guerra, referendada por um Congresso mutilado por cassações e marcado por uma maioria governista.

Entretanto, apesar do influxo inicial do movimento estudantil do pós 1964, isso não significou a paralisia das organizações estudantis e das forças oposicionistas ao governo. Em 28 de março de 1968 no Rio de Janeiro, policiais militares, ao reprimirem uma manifestação no Restaurante Calabouço, assassinaram dois estudantes: Edson Luís de Lima Souto e Benedito Frazão Dutra. O duplo assassinato gerou comoção na cidade e alastrou-se em manifestações públicas de protesto contra a violência policial. Concomitantemente, as lutas da classe trabalhadora ressurgem em organizações de greves em Contagem (MG) e Osasco (SP).

> Em abril, setores sindicais à esquerda do Partido Comunista Brasileiro, lideraram uma greve em Contagem, cidade industrial próxima a Belo Horizonte, que teve um resultado positivo, uma vez que a ditadura militar acabou fazendo concessões frente às reivindicações trabalhistas, ao ser surpreendida pelo ressurgimento do movimento operário, silenciado e reprimido desde o golpe de 1964. Foi, então, a primeira vitória

> de uma greve operária depois de 1964. Organizados em Contagem e em Osasco, articulavam-se novos núcleos de esquerda, principalmente vinculados aos movimento operário católico de esquerda e militantes e simpatizantes de organizações políticas mais radicalizadas e críticas, à esquerda do PCB (Antunes; Ridenti, 2007, p. 85).

Diante do crescimento da oposição e das manifestações em repúdio à ditadura, Costa e Silva, outorgou o Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968, conferindo poderes excepcionais ao chefe do executivo. Contudo, antes de sua imposição, o Conselho de Segurança Nacional reuniu-se para debater sobre o documento de quatro páginas de autoria do Ministro da Justiça, Gama e Silva. Na ocasião, conforme transcrição da Ata da 43ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, Costa e Silva iniciou seu pronunciamento nos seguintes termos:

> Meus senhores, eu convoquei o Conselho de Segurança Nacional, que é o órgão consultivo do governo, da Presidência da República, para colocá-los, a todos os membros, em parte de um problema que se apresenta com uma gravidade muito grande e que deve ser equacionado e resolvido dentro, com a maior tranquilidade de espírito e a maior isenção de ânimo. O presidente da República [tosse], que se considera ainda um legítimo representante da Revolução de 1964, 31 de março, vê-se em um momento crítico, em que ele tem que tomar uma decisão optativa: ou a Revolução continua ou a Revolução se desagrega. [...]
> Ainda há poucos dias, falando a um grupo de deputados, eu usei uma imagem: a maré é violenta contra as costas nossas, procurando erodir a área revolucionária e a área política, levando o país à desagregação. Desagregação material, moral e política. Como não há dúvida de que se trata de fazer isso por todos os meios e modos (Silva *apud* Brasil, 1968a, p. 1).

Apresentando-se como "legítimo representante da Revolução de 1964", Costa e Silva expôs sua interpretação acerca da conjuntura, marcada, em sua leitura, por um quadro de "degradação material, moral e política". Como resposta a esse diagnóstico, Tarso Dutra, então Ministro da Educação e Cultura, afirmou que "ou a Revolução arma-se de poderes e continua ou deixará de corresponder à sua destinação histórica" (Dutra *apud* Brasil, 1968a, p. 15). Nesses termos, mais do que o simples fortalecimento do aparato repressivo, estava em jogo, para os atores envolvidos, a intensificação do combate ao comunismo, concebido como fonte da "degradação moral" e como ameaça aos valores familiares e cristãos, como é evidenciado na afirmação do Ministro da Aeronáutica Marechal-do-Ar Márcio de Sousa e Mello: [...] pois que a família é célula da sociedade e se ela for rompida, como se rompe o átomo, desencadear-se-á então, a explosão em série e a coisa, ficará incontida (Mello *apud* Brasil, 1968b, p. 19).

Porém, antes mesmo dessa data, o tema já era discutido no Conselho de Segurança Nacional. Nesse sentido, não faltaram considerações dos membros a respeito dos rumos da educação no país e a necessidade de regeneração da sociedade. Na reunião ocorrida em 11 de julho de 1968, o gen. Jayme Portella de Mello, chefe do Gabinete Militar da Presidência da

República e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, manifestava sua preocupação com o movimento estudantil, entendido pela cúpula do governo como foco de subversão a serviço do comunismo internacional:

> Não parece haver mais dúvidas que as recomendações de Havana (OLAS e outros Congressos), ultrapassado o período preparatório, encontram-se em fase de plena concretização (não só no BRASIL como na AMÉRICA LATINA), colocando na vanguarda, com vistas à tomada do poder, a classe estudantil, não só universitária como também secundarista (Mello *apud* Brasil, 1968b, p. 2).

Naturalmente, a manifestação de Jayme Portella de Mello não constituiu um caso isolado. No Brasil, o discurso anticomunista já se fazia presente no interior das classes dominantes desde o início do século XX, intensificando-se, sobretudo, após a Revolução Russa de 1917. Entretanto, a partir da Intentona Comunista de 1935 e, posteriormente, com a criação da Escola Superior de Guerra em 20 de agosto de 1949 — vinculada ao *National War College* dos Estados Unidos —, esse discurso adquiriu contornos mais nítidos. Cumpre destacar que o anticomunismo configurou uma ampla frente, congregando diferentes segmentos da burguesia, bem como a alta hierarquia católica e militar.

Sendo assim, a partir da década de 1950, foram forjados os princípios que se constituíram nos pilares da intervenção das Forças Armadas na condução política e econômica do país. Nesse sentido, até mesmo as reivindicações do movimento estudantil eram compreendidas como "pretextos subversivos" que objetivavam incitar a guerra revolucionária comunista. A partir da perspectiva de Jayme Portella de Mello, era preciso preparar-se para combater o inimigo interno (a subversão) em uma guerra sem tréguas:

> Utilização de reivindicações justas e sensíveis à opinião em geral (reforma do ensino, liberação de verbas etc.) e de pretextos subversivos (Restaurante do Calabouço, anistia, abolição da censura etc.) associados a atos de violência (ocupação de faculdades, prisão de professores, depredação, reação à presença da autoridade pública etc.). Fatores que dificultam a ação subversiva: existência de núcleos de resistência democrática dentro das universidades e faculdades, que vêm se opondo às lideranças esquerdistas (Mello *apud* Brasil, 1968b, p. 2).

É interessante notar que a análise do autor aponta para os atos de violência do movimento estudantil, mas desconsidera a violência instituída pelo golpe, o que ficou evidenciado nas invasões de sindicatos, residências, campus universitários ou salas de aula, nos sequestros de opositores etc. A democracia, para o militar em questão, em última instância, é a democracia tutelada pelas Forças Armadas a serviço da ordem burguesa.

> Fatores que favorecem a ação subversiva: deficiência estrutural do MEC; estrutura arcaica do ensino brasileiro; demasiada autonomia administrativa e disciplinar das universidades em relação ao MEC e das faculdades em relação às universidades; falta de autoridade ou conivência de reitores, diretores e professores; ausência de apoio às lideranças estudantis democráticas; falta de repressão às lideranças estudantis extremistas; ausência de orientação moral e cívica da juventude; facilidade em meios de divulgação e cobertura da imprensa aos líderes esquerdistas; despreparo das polícias civis e militares para enfrentarem ações de guerra revolucionária, embora essa seja uma das missões que lhes estão afetas (Mello *apud* Brasil, 1968b, p. 3).

As análises de Jaime Portella de Mello remetem ao velho artifício ideológico que se materializa na defesa dos problemas sociais por meio da educação. Trata-se de um discurso que emergiu com o advento das relações capitalistas, atribuindo à educação escolar uma tarefa fundamental na formação dos indivíduos, com transmissão dos conteúdos e valores considerados essenciais para preservação do ordenamento social.

Ainda que o formato do discurso de salvação por meio da educação se modifique em função das circunstâncias históricas, a essência continua a mesma. Assim, a crise seria em decorrência da "deficiência estrutura do MEC", da "falta de autoridade", entre outros fatores, mas em nenhum momento se questiona as estruturas profundamente desiguais da sociedade brasileira. Assim, considerando a história da educação, Mello reproduz um discurso repetitivo, que se fez presente em diferentes reformas da educação no Brasil.

Nesse contexto, a inexistência de uma formação moral da juventude constituía-se em um diagnóstico comum nas casernas, fruto de um positivismo[1] difuso em simbiose com o que havia de mais conservador nas fileiras do catolicismo, estando presente no pensamento militar brasileiro. Sob o argumento de promover a "regeneração moral" do país e de defender as "tradições democráticas" de nossa história — alegadamente comprometidas pela "infiltração comunista" — instituiu-se o ensino de EMC (Educação Moral e Cívica), como veremos adiante.

O gen. Moacir Araújo Lopes, primeiro presidente da Comissão de Educação Moral e Cívica e um dos responsáveis por sua introdução nos currículos escolares, enxergava a educação como um espaço estratégico na formação moral das novas gerações a partir dos valores da família tradicional, da ordem estabelecida, da religião etc. Em liberdade e democracia (1968), o autor reconhece a legitimidade das ações repressivas do Estado, mas pontua que não são

[1] Surgido na primeira metade do século XIX na França, o positivismo de Auguste Comte (1798-1857) caracterizou-se por uma corrente doutrinária político-filosófica que expressou a reação da burguesia diante das lutas sociais, posicionando-se em defesa da ordem estabelecida. Segundo Löwy, a ordem desejada por Comte é a ordem industrial, contendo o progresso — ou seja, o desenvolvimento da indústria e das ciências —, o que supunha que os trabalhadores respeitassem as "leis naturais" da concentração de poder e riqueza (Löwy, 1985).

suficientes para a solução dos problemas. Assim, a regeneração moral da sociedade passava pela recuperação dos valores de nossa cultura cristã.

> [...] a incompreensão pelas atuais elites das causas da inquietação. É fácil prever que, no caos resultante, intervirá o comunismo [...]. Até quando as atuais elites, progressivamente exaustas pelo tempo, poderão exercer ação repressiva e em bases mal definidas ideologicamente. [...] A compreensão das elites, levando o Estado a adotar base filosófica adequada à Democracia, para a obtenção da Liberdade com Responsabilidade, mediante a defesa e projeção dos valores tradicionais da nacionalidade – em vigorosas ações educacionais e repressivas. Isto deverá ser conseguido, se possível, normalmente e, senão, com medidas que se tornaram imprescindíveis aos vitais objetivos visados (Lopes, 1968, p. 39).

Do ponto de vista do autor, as manifestações do movimento estudantil seriam a decorrência de um desvio de comportamento, cujas origens devem ser buscadas no comunismo, na negação da religião, nos excessos de liberdade etc.

Para além da compreensão da fragilidade moral na sociedade, fato também presente nas manifestações dos componentes do Conselho de Segurança Nacional, as divisões ideológicas no interior do catolicismo constituíram-se em outro motivo de preocupação dos militares, como podemos identificar na manifestação do então chefe do Serviço Nacional de Informações e um dos presidentes da ditadura, gen. Emílio Garrastazu Médici:

> Já não resta a menor dúvida de que os movimentos de falsos estudantes, de políticos, de eclesiásticos, de cassados e de grupos econômicos oportunistas, nos moldes em que se desencadeiam, têm objetivos subversivos e representam a contrarrevolução (Médici *apud* Brasil, 1968b, p. 13).

Diante desse quadro, os subversivos são aqueles que não aceitam a ordem "natural" inerente à sociedade capitalista e, por isso, devem ser combatidos em nome dos interesses supremos da "nação". De tal modo, a partir do golpe de 1964 foram estabelecidos mecanismos e procedimentos de controle e repressão dos conflitos políticos e sociais.

Assim, as Forças Armadas se prepararam para combater e reprimir manifestações e revoltas de cunho popular contrários à ditadura que se constituiu pela força das armas e do capital. Contudo, não se tratava de uma guerra declarada contra uma nação estrangeira, mas de uma guerra silenciosa contra os agrupamentos de oposição de diferentes matizes: estudantes, líderes sindicais, forças oposicionistas etc. (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

Em um contexto marcado pelo acirramento das tensões sociais, o almirante Augusto Rademaker, então ministro da Marinha, foi um dos expoentes em defesa da repressão. Em sua exposição, mais uma vez, as universidades e o movimento estudantil são apresentados como motivo de preocupação:

> Os estudantes têm é que estudar. As universidades precisam dar trabalho aos alunos, eles estão, como que, numas férias prolongadas. Todos temos filhos e o sabemos. Há pouco eles não fizeram as provas, estão em férias. O estudante que não trabalha tem tempo para a subversão. Os subversivos, por sua vez, estão captando a simpatia dos estudantes, o que é fácil de ser combatido, não há dificuldades (Rademaker *apud* Brasil, 1968b, p. 15).

Cumpre assinalar que a ociosidade dos alunos, na perspectiva de Rademaker, seria a razão para a adesão aos projetos subversivos infiltrados nas instituições. É possível inferir, a partir de seu posicionamento, os postulados da DSN que alertava para a existência de inimigos internos no interior da sociedade. Assim, tratava-se de uma guerra ideológica, mas que deveria ser travada também no campo das ações militares.

Augusto Rademaker desconhece as contradições que atravessam a sociedade, bem como as motivações presentes no interior do movimento estudantil. Sua perspectiva autoritária e idealista da história revela a incapacidade de apreender os grandes problemas forjados no desenvolvimento do capitalismo — como o desemprego, a miséria que atinge milhões de seres humanos e a dualidade no âmbito educacional, entre outros. Dessa forma, ao interpretar as crises sob um viés conservador, nega a estudantes e professores a legitimidade de questionar a ordem, por ele considerada imutável.

Assim, diante da impossibilidade de o capitalismo resolver as contradições engendradas, a violência constituiu-se na arma do capital. Era o que propunha o ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello. Nada de novo no front:

> Entretanto, acho que se a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional contêm dispositivos que são realmente adequados, falta, no entanto, uma regulamentação ou uma legislação subsidiária que, ao invés de obrigar o Estado a provar que o indivíduo transgrediu essas leis ou violou os princípios fundamentais, atue sob o efeito do delito flagrante, atribuindo-se ao indivíduo provar que não transgrediu e não um processo em que o Estado tem de ir colher provas para levar a julgamento, com toda aquela série de recursos protelatórios que prejudicam os resultados (Mello *apud* Brasil, 1968b, p. 20).

Em outras palavras, diante da ameaça à segurança nacional, justificava-se a eliminação da presunção de inocência. Sob a lógica de Mello, qualquer cidadão é um suspeito em potencial. Não se tratava de uma visão isolada, mas sim da expressão de um grupo ideológico constituído a partir da ESG, que fez dos direitos individuais um simples acessório, que poderia ser eliminado sem escrúpulos em nome da "civilização cristã e ocidental" — ou seja, da reprodução do capital.

As ações empreendidas pela ditadura, fundamentalmente a partir do Ato Institucional nº 5, permitem inferir que não havia limites para o terror, o que fica evidente na participação de

Jarbas Passarinho, então Ministro do Trabalho, na reunião do Conselho de Segurança Nacional que discutiu o AI-5, em 13 de dezembro de 1968:

> Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim, e creio que a todos os membros deste conselho, enveredar para o caminho da ditadura pura e simples, mas parece que claramente é esta que está diante de nós. Eu seria menos cauteloso do que o próprio ministro das Relações Exteriores, quando diz que não sabe se o que restou caracterizaria a nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial, eu admitiria que ela é ditatorial. Mas, às favas, senhor presidente, neste momento, todos, todos os escrúpulos de consciência (Passarinho, *apud* Brasil, 1968a, p. 13).

A exposição de Jarbas Passarinho é a mais completa tradução da burguesia. Parafraseando o Manifesto Comunista de Marx e Engels (1998), a burguesia colocou no lugar das liberdades e direitos duramente conquistados, a liberdade única e sem escrúpulos do capital.

Não bastasse o AI-5, que impedia "[...] qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional" (Brasil, 1968), a ditadura impôs o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, direcionado fundamentalmente ao ambiente acadêmico.

> Art. 1º - Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:
> I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
> II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
> III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
> IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
> V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
> VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública (Brasil, 1969a).

A imposição do Decreto visava desarticular o movimento estudantil, eliminando qualquer possibilidade de crítica ao regime e de atos contrários "à moral ou à ordem pública", tidos como imutáveis. Portanto, o discurso moralista presente em inúmeras manifestações da ditadura estabeleceu vínculos entre a moral e a religião, como algo universal e inalterável, o que justificaria a necessidade de combater as infiltrações presentes no ambiente acadêmico que pudessem colocar em risco a ordem estabelecida.

Nesse contexto de hegemonia conservadora e de uma ditadura, as influências do bloco dominante, mesmo que não homogêneas, orientaram-se pela produção da legitimação ideológica das relações capitalistas de produção, difundindo entre os estudantes e professores a

naturalização das relações sociais e o conformismo, de modo a manter a estabilidade social e política.

Contudo, cumpre assinalar que a ideia de formação moral não era uma novidade. Desde o período Imperial no Brasil (1822-1889) e ao longo da República, especialmente durante a chamada Era Vargas (1930-1945), o componente moral se fez presente em diferentes momentos, com o objetivo de promover uma regeneração moral e intelectual da sociedade.

De tal modo, a instituição do componente EMC nos currículos escolares expressou, em termos ideológicos, experiências oriundas de períodos anteriores, mas fundamentou-se, sobretudo, nos postulados da DSN, em consonância com os "valores morais e espirituais" atribuídos ao "nosso povo" (Brasil, 1979, p. 160).

> Daí derivam os PB (pressupostos básicos) de natureza ética, isto é, os condicionamentos fundados na tradição histórico-cultural da Nação e, bem assim, na tendência da evolução da cultura nacional. Importa salientar que os princípios e práticas duradouras do Direito e da Justiça, da Moral e do Civismo conformam o cerne dos PB de natureza ética, via de regra expressos ou implícitos nos ONP (objetivos nacionais permanentes) e no texto constitucional (Brasil, 1979, p. 341).

No caso específico da ditadura empresarial-militar, a proposição da introdução da EMC nos currículos escolares se fez presente na Exposição de Motivos, que consta no Parecer nº 3/69, de 04 de fevereiro de 1969, do CFE (Conselho Federal de Educação).

> No quadro da Guerra Revolucionária, a população materializa, a um só tempo, o objeto e o agente da luta. A conquista dessa população pelo marxismo-leninismo será tanto mais fácil quanto maior for a permeabilidade da consciência das massas à redução de hábil propaganda subversiva.
> A família moderna facilita, de certo modo, a implantação e a evolução da Guerra Revolucionária, de vez que, perturbada pela evolução econômica e social e por solicitações de toda ordem, ela não mais assegura, de modo completo, sua função educadora.
> Frequentemente dissociada, particularmente em razão do trabalho da mulher fora do lar e da conjuntura econômica que aflige, seus membros se veem obrigados a operar fora do quadro familiar típico, cada qual atraído para um polo exterior. A principal consequência desse estado de coisas é a flagrante deficiência de educação moral dos filhos (Brasil, 1969b).

Como se vê, trata-se de um discurso reducionista, pois não interessa desvelar as bases estruturais da sociedade que produzem a desigualdade estrutural. Assim, diante das mazelas sociais, o discurso dominante enxerga o trabalho feminino fora do lar como um fator de desagregação da família e de deficiência da educação moral dos filhos, o que seria um facilitador da propaganda subversiva. Obviamente, em nenhum momento são colocadas em questão as relações patriarcais que expressam a exploração da força de trabalho feminina.

Nesse contexto, a efetivação da EMC como "disciplina" ocorreu por meio do Decreto-Lei nº 869/69, imposta pela Junta Militar provisória (31/08 a 30/10/1969), integrada pelos oficiais Augusto Rademaker, Aurélio Tavares e Márcio de Sousa Mello, que substituiu Costa e Silva após seu afastamento por razões de saúde:

> Art. 1º - É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.
> Art. 2º - A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:
> a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
> b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
> c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
> d) o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
> e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
> f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização socioeconômica e política do país;
> g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; [...] (Brasil, 1969c).

Cumpre assinalar que a defesa da civilização, alicerçada no "princípio democrático, na "preservação do "espírito religioso", ou da "dignidade da pessoa humana e do amor" constituía-se em elementos de uma retórica religiosa utilizada para sacralizar os propósitos da ditadura. Em termos práticos, o texto constitui-se na expressão dos interesses burgueses em apaziguar as tensões sociais de uma sociedade profundamente desigual.

De tal modo, a (re)introdução da EMC em todos os níveis da educação foi normalizada pelo Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, apresentado com o objetivo de: "[...] formação do caráter do brasileiro e seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade" (Brasil, 1971a, p. 30).

A partir da leitura do decreto e de outros documentos referentes ao tema, é possível inferir a existência de um Brasil idílico, sem contradições e com problemas que poderiam ser solucionados com o auxílio de cada cidadão. Contudo, a "democracia" propugnada pelo legislador não passou de uma abstração metafísica. Com a criação da Operação Bandeirante (OBAN) em 1969, organização sem estrutura legal formalizada e financiada por recursos provenientes de diferentes empresas, assegurou-se a seus agentes a impunidade para prender, torturar e assassinar indivíduos considerados inimigos do Estado.

Nesse contexto, a OBAN possuía uma finalidade específica: controlar, neutralizar ou mesmo eliminar lideranças que representassem algum tipo de perigo aos interesses dominantes. Assim, homens, mulheres, idosos e crianças foram torturados nos porões clandestinos da ditadura, com o apoio empresarial, destacando-se figuras como Henning Albert Boilesen (Grupo Ultra), Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), Theobaldo De Nigris, presidente da FIESP, entre outros (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Dessa forma, a EMC constituiu-se em mais um dos instrumentos de promoção ideológica do consenso em torno de um projeto societário conservador, em um contexto histórico no qual a educação escolar era compreendida como um espaço destinado ao projeto de regeneração social pela ditadura. Esse aspecto pode ser evidenciado na publicação da Folha de São Paulo em 13 de novembro de 1970, acerca da instalação da Comissão de Moral e Civismo pela Secretaria da Educação de São Paulo.

> O coordenador do ensino básico e normal da pasta do ensino e membro da Comissão, prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza pronunciou um discurso afirmando que há uma missão de guerra para a Educação Moral e Cívica. A educação moral e cívica – disse – vinha sendo sistematicamente e sintomaticamente esquecida. Oito anos decorridos desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi preciso que o ilustre general viesse dar lições aos educadores e implantar com o apoio do presidente da República e aplauso de todos os patriotas, a Comissão de Moral e Civismo. [...]
> A missão que nos aguarda, a mim e a meus ilustres companheiros não é fácil e nem tranquila. Semelha muito com uma missão de guerra, com a diferença que o implacável inimigo não se apresenta fardado e identificável, nem armado com fuzis e baionetas, antes se insinua sorrateiro e camaleônico por entre tudo e todos nas terríveis da sua luta revolucionária e dos descaminhos da patologia social variegada e degradante que sempre utiliza (Secretaria [...], 1970, p. 13).

Como é possível evidenciar, a EMC constituía-se em um desdobramento da Doutrina de Segurança Nacional, na medida que o "implacável inimigo" poderia ser qualquer indivíduo. Assim, era necessário difundir os valores tido como imutáveis para os intelectuais das classes dominantes. Conforme transcrição presente na publicação da ESG, de 1979: "[...] as elites dirigentes percebem a necessidade de despertar na população interesses, aspirações, valores e objetivos novos, com o fim de induzi-la a mudanças imprescindíveis ao Bem Comum" (Brasil, 1979, p. 31).

Empenhando-se em legitimar a validade da moral veiculada em seus manuais doutrinários, a ESG o fez em nome dos chamados "interesses" e "objetivos nacionais", justificando-a como parte de uma reforma moral tida como necessária ao desenvolvimento econômico e social. Contudo, a introdução da EMC nos currículos materializou conteúdos

esvaziados do ponto de vista crítico e, simultaneamente, alinhados ao projeto burguês sustentado pela ditadura.

Dom Luciano José Cabral Duarte, arcebispo da Arquidiocese de Aracaju (1971–1998), outro colaborador da ditadura empresarial-militar (Sergipe, 2020) e autor do Parecer nº 94/71 do CFE, não consegue disfarçar os vínculos religiosos com a EMC:

> A constituição do Brasil, que invoca Deus no seu Preâmbulo, assegura inteira liberdade religiosa a todos os brasileiros (Art. 153, § 5º). Não há no País religião oficial nem união do Estado com a Igreja. Por outro lado, o ensino religioso é admitido, em caráter facultativo, dentro das próprias escolas oficiais de nível primário e médio (Constituição, Art. 176, § 3º, item v).
> A referência a Deus, no Preâmbulo da Constituição, parece dever ser interpretada como sendo um aceno ao respeito à convicção religiosa da grande maioria do povo brasileiro.
> A garantia de liberdade religiosa de todas as pessoas, e a admissão do ensino religioso facultativo nas escolas oficiais, por sua vez, são um sinal incontestável de uma democracia pluralista, aberta ao acolhimento de todas as atitudes e confissões religiosas, desde que respeitadoras do fundamento humanista em que se assenta a própria Constituição do País (Brasil, 1971b).

Fica evidente que, além de estar inserido na lógica mistificadora do capital, o parecer emitido por Dom Luciano (1971) não encontra sustentação na realidade material do país, onde a oposição foi silenciada pela força das armas da ditadura. Afinal, as perseguições, prisões, torturas e assassinatos constituíam-se instrumentos do Estado a serviço dos interesses do capital.

Nesse contexto, a reforma promovida pela Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, promulgada em 11 de agosto de 1971, alterou os currículos de 1º e 2º graus, com a exclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia e a inclusão de Educação Moral e Cívica no 1º grau e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no 2º grau. Além dessas mudanças, determinou oito anos de escolarização obrigatória e a profissionalização compulsória no 2º grau.

Por fim, não se trata de compreender o Conselho de Segurança Nacional como uma instância definidora das diretrizes educacionais, mas, sem dúvida, as preocupações de seus integrantes também incluíam a educação, compreendida como um dos meios de regeneração da sociedade, o que revela a própria perspectiva de mundo e de sociedade de seus integrantes, alicerçada em um positivismo difuso em simbiose com o catolicismo conservador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe de 1964, como procuramos demonstrar em nossas análises, não se constituiu como uma ação isolada das Forças Armadas, mas como um projeto de classe da burguesia. Suas

origens vinculam-se diretamente às lutas de classes e às disputas entre projetos de controle do Estado e de sua orientação político-econômica.

Em consonância com os interesses hegemônicos das frações burguesas associadas ao capital estrangeiro, a Escola Superior de Guerra difundiu, entre as fileiras das Forças Armadas e do empresariado, a Doutrina de Segurança Nacional, cujos postulados centrais eram o desenvolvimento e o combate à subversão. A partir desses princípios, consolidou-se a noção de combate ao "inimigo interno", que serviu de justificativa para o golpe de 1964.

Nesse contexto, é possível inferir que o discurso em torno da regeneração moral da sociedade por meio da educação constituiu-se um recurso recorrente em nossa sociedade. Como não há interesse em desvelar as bases materiais que produzem e reproduzem as crises, a miséria ou as desigualdades brutais, a educação foi compreendida como meio de apaziguamento das tensões sociais.

Sendo assim, o Conselho de Segurança Nacional constituiu-se em uma instância que considerava as crises como expressão da degradação moral da sociedade, fruto da desestruturação familiar, da ausência de uma base moral sólida ou ainda da ausência de uma formação segundo as tradições "ordeiras", "pacíficas" e religiosas do povo brasileiro, o que favorecia a atuação de grupos "subversivos" identificados com o comunismo internacional.

A superação da crise passaria por dois vetores complementares: a repressão aos subversivos e, concomitantemente, a formação moral do trabalhador. No primeiro caso, considerava-se que qualquer indivíduo era uma ameaça à ordem, especialmente dentro do movimento estudantil; no segundo caso, a formação dos estudantes deveria se dar a partir dos valores da "família", do "culto à pátria", do "amor" e da "democracia", o que implicava na legitimação dos governos militares e da ordem social hierarquizada. Assim, a Educação Moral e Cívica constituiu-se em um dos instrumentos ideológicos de naturalização das desigualdades no país e de divulgação dos "avanços" da ditadura em direção ao "Brasil potência".

Por fim, retomar as análises e discussões sobre um período marcado pelo arbítrio, que também se fez presente no âmbito da educação, é uma necessidade diante do avanço das proposições autoritárias. Afinal de contas, ser professor implica em um posicionamento vigoroso em defesa de uma sociedade emancipada.

Referências

ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F.; KORNIS, M. **Mídia e política no Brasil:** jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78–89, 2007. DOI: 10.5433/2176-6665.2007v12n2p78. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319. Acesso em: 3 maio 2026.

AQUINO, M. A. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil:** nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Mantém a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**: relatório final. Brasília, DF: CNV, v. 2, 2014.

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. **Ata da 43ª Sessão**. Brasília, DF, 1968a.

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. **Ata da 41ª Sessão**. Brasília, DF, 1968b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm . Acesso em: 06 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, Seção 1, p. 362, 15 jan. 1971a.Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968**. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-348-4-janeiro-1968-376457-norma-pe.html. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p.1706, 26 fev. 1969a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica como obrigatória em todos os graus e modalidades de ensino no País. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p.7769, 15 set. 1969c. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-376567-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro: Solivro Editora, 1979. Disponível: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/agr/avu/0006/br_dfanbsb_n8_0_agr_avu_0006_d0001de0001.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

BRASIL. Parecer n° 3/69, de 04 de fevereiro de 1969, do CFE. Torna obrigatório o ensino da disciplina Educação Moral e Cívica. *In:* **Documenta nº 97**, Rio de Janeiro, jan./fev. 1969b. Disponível: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_n.3-1969_torna_obrigatorio_o_ensino_da_disciplina.pdf. Acesso em: 06 set. 2025.

BRASIL. **Parecer nº 94/71, de 4 de fevereiro de 1971**, do Conselho Federal de Educação. Rio de Janeiro, 1971b. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_n._94-1971sobre_emc.pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.

COMPARATO, Fabio Konder. Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro. **Cadernos IHU Ideias**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. Ano 12, nº 205, vol. 12, 2014, p. 5-26. Disponível em: https://ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/205cadernosihuideias.pdf .Acesso em 03 maio 2026.

DREIFUSS, R. A. **1964:** a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FICO, C. **Além do golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, M. A.; MENESES CAETANO, S.; BARBOSA LOBO, C. Educação e segurança nacional na ditadura civil-militar: o capital acima de tudo. **Revista Exitus**, [*S. l.*], v. 12, n. 1, p. e022035, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1802. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1802. Acesso em: 03 maio 2026.

GOMES, M. A. de O.; LOMBARDI, J. C.; COLARES, M, L. I. S. Educação, imprensa e hegemonia na ditadura civil-militar no Brasil. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 16, n. 2, p. 61-86, maio/ago. 2023. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/20891 Acesso em 03 maio 2026.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

LABAKI, A. **1961:** a crise da renúncia, a solução parlamentarista. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOPES, M. A. **Liberdade e democracia**. Florianópolis: Imprensa universitária, 1968.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MULTIDÃO deixou políticos à margem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 20 mar. 1964.

RESSURGE a democracia*:* **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1, 2 abr. 1964.

RIBEIRO, G. L. Profissão de fé: a retórica anticomunista dos deputados clérigos da Ação Democrática Parlamentar nos anos 1960. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 175-198, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n1cap07. Acesso em: 15 jan. 2025.

SANFELICE, J. L. **O movimento estudantil:** a UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas: Alínea, 2008.

SECRETARIA da educação instala a comissão de moral e civismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 13, 13 nov. 1970.

SERGIPE. **Comissão Estadual da Verdade Paulo de Barbosa Araújo**. Relatório final. Aracaju: Editora Oficial do Estado de Sergipe, 2020.

Histórico Editorial
Submetido: 01 de junho de 2026.
Publicado: 01 de novembro de 2026.

Minicurrículo

Marco Antonio de Oliveira Gomes
Possui licenciatura plena em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1988); Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral (1997); Mestrado (2001), Doutorado (2008) e Pós-doutorado em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá, lotado no Departamento de Fundamentos da Educação e membro do corpo docente do PPE-UEM, na linha de pesquisa: História da educação, políticas e práticas pedagógicas. Contribuição de autoria: Análise formal.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0581840246394811

Ana Paula Aires Rodrigues
Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação - PPE pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Colegiado do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR - Campus de Campo Mourão) e Coordenadora pedagógica da Escola de Comunicação e Oratória Vox2you. Possui mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2020) e pós-graduação em Coordenação Pedagógica pelo Centro Universitário Metropolitano de Maringá (2019). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2017). Contribuição de autoria: Análise formal e tradução.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4908714314864555

Karla Cristina Prudente Pereira
Doutoranda em Educação, pelo Programa de Pós-Gradução em Educação (UEM). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná (2018) e mestrado em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná (2019). Atualmente é professora da Escola de Educação Básica Fundação Bradesco e professora colaboradora da Universidade Estadual do Paraná. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: fundamentos da educação, trabalho e educação e formação de professores. Contribuição de autoria: Análise formal.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5686223110599328

COMO REFERENCIAR – ABNT
GOMES, Marco Antonio de Oliveira Gomes; RODRIGUES, Ana Paula Aires; PEREIRA, Karla Cristina Prudente. A ditadura empresarial-militar, o conselho de segurança nacional e a educação: entre a repressão e a regeneração moral e cívica. **Revista Exitus**, Santarém/PA, e026038, V. 16, n.1., 2026. https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2958

COMO REFERENCIAR - APA
GOMES, M. A. de O. G.; RODRIGUES, A. P. A. & PEREIRA, K. C. P. (2026). A ditadura empresarial-militar, o conselho de segurança nacional e a educação: entre a repressão e a regeneração moral e cívica. *Revista Exitus, 16*, e026038. https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2958

Licença de Uso
Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.